

RUSSELL KIRK E A (RE)DEFINIÇÃO DO CONSERVADORISMO NORTE-AMERICANO

RODRIGO FARIAS DE SOUSA*

1 – O surgimento do “novo conservadorismo”

No limiar dos anos 50 do século passado, o pensamento político americano assumia uma configuração peculiar, sintetizada em um famoso trecho do crítico literário Lionel Trilling:

Nos Estados Unidos de hoje em dia o liberalismo não somente constitui a tradição dominante, mas chega mesmo a ser a única tradição intelectual atuante. Pois é perfeitamente comprovável que, no momento presente, idéias conservadoras ou reacionárias não têm circulação genérica em nosso país. Isto não significa, por certo, que não exista um impulso no sentido do conservadorismo ou da reação. Tais impulsos são, sem dúvida alguma, bastante fortes, talvez mais fortes do que a maioria de nós imagina. Mas, tanto o impulso conservador quanto o impulso reacionário, com algumas exceções isoladas e eclesásticas, não se expressam em idéias, mas apenas por intermédio da ação ou de gestos mentais irritadiços que buscam parecer idéias. (TRILLING, 1965:9.)

Essas palavras foram escritas em 1949. À época, o que Trilling chama de “liberalismo”¹ parecia ser um novo consenso na sociedade americana. Dezessete anos e uma guerra mundial depois das reformas implantadas pelo *New Deal*, idéias que até há algum tempo seriam consideradas minoritárias ou mesmo excêntricas haviam sido largamente incorporadas ao dia-a-dia dos cidadãos americanos. No afã de combater os males da Grande Depressão, os poderes do governo e o seu controle sobre a economia haviam sido consideravelmente aumentados; as relações entre patrões e empregados haviam sido objeto de regulamentação federal e a carga fiscal fora aumentada para financiar as bases de um Estado de bem-estar social — tímido para os padrões que

* Mestre e Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

¹ Note-se que, no contexto político americano desde as primeiras décadas do século XX, “liberalismo” — também chamado de “liberalismo moderno” — designa uma posição política parecida com a da social-democracia europeia. Historicamente, “liberais” foram aqueles que apoiaram as reformas de Roosevelt, defendendo, portanto, um Estado reformista e interventor, que usava a racionalidade científica para orientar políticas de bem-estar social. A isso vieram a ser adicionadas outras características, como a tolerância ou mesmo a defesa ativa dos direitos das minorias. Cf. STARR, 2007, parte II, e VIERECK, 2009:4-5.

começavam a ser adotados na Europa, mas inovador no contexto norte-americano. A experiência traumática dos últimos vinte anos havia, portanto, trazido novos parâmetros no que dizia respeito à relação entre o cidadão e o Estado. Mais do que um mero guardião da ordem, este passava a ser visto, cada vez mais, como um promotor ativo das várias modalidades de direitos individuais.² Dessa forma, áreas como a educação pública e a legislação trabalhista, antes deixadas ao encargo dos governos estaduais e locais, se tornaram objeto também da atuação do governo central

E não se tratava apenas de um fenômeno limitado a um só país: em meados de 1945, a Grã-Bretanha — terra de John Locke, Adam Smith e John Stuart Mill — elegia um governo socialista; pouco depois o hino informal do Partido Trabalhista, sugestivamente intitulado *Red Flag*, ecoava pelo Parlamento (NASH, 1979:4). Na França, pela mesma época, o Partido Comunista Francês atingia votações superiores a 25% nas eleições legislativas (NORDSIECK, s/d).

Tal expansão do Estado, iniciada numa época mundialmente turbulenta como foram os anos 30, não se deu sem oposições. Nos Estados Unidos, foi notória a oposição de grupos como a *American Liberty League*, comandada por homens de negócio contrários à intervenção estatal na economia (PIETRUSZA, 1978). No campo legislativo, as reformas do New Deal foram diversas vezes contestadas por republicanos e democratas, além de nem sempre encontrarem respaldo na apreciação de sua constitucionalidade pela Suprema Corte. Isso não impediu, contudo, que no período imediatamente após a guerra alguns desses avanços se mostrassem consolidados. Parecia claro que, não obstante a oposição ao reformismo dos seguidores de Roosevelt, o retorno ao *status quo ante* não era mais viável — termos como “seguridade social” e “negociação coletiva” de contratos de trabalho eram agora parte inegável do vocabulário dos americanos. E com a reconfiguração do cenário internacional tendo como eixo a bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética, a tendência do

² É aproximadamente dessa época a célebre genealogia dos direitos de cidadania elaborada pelo sociólogo britânico T.H. Marshall, segundo a qual os direitos dos cidadãos evoluíram ao longo de três etapas: primeiro os direitos civis, no século XVIII, depois os políticos, no XIX, e, finalmente, os sociais no século XX. Por direitos sociais entendam-se aqueles que dizem respeito ao sustento e bem-estar material do indivíduo. Na Constituição brasileira de 1988, por exemplo, são considerados direitos sociais a educação, a saúde, a previdência social e o trabalho, entre outros.

Estado americano era crescer ainda mais, à medida que suas responsabilidades como superpotência cresciam.

Nesses anos imediatos do pós-guerra, a palavra “conservador” adquirira tão-somente um significado genérico de negação e recusa. Os “gestos mentais irritadiços” a que Trilling se referia pertenciam justamente aos que se opunham às medidas do New Deal. Eram os entusiastas do *laissez-faire* e do livre-mercado, apologistas da propriedade geralmente identificados com empresários e financistas, de interesses antagônicos aos da maioria da população. Tais grupos, à primeira vista, pareciam pregar no deserto. Afinal, com milhões de ex-combatentes acorrendo a faculdades e escolas e até ao sonho da casa própria sob o patrocínio federal, e a economia mantendo índices promissores e a adoção do keynesianismo como referência na reconstrução econômica do mundo, uma volta ao modelo pré-Roosevelt era improvável. Ainda assim, algumas dessas vozes solitárias conseguiram dar início a uma reação intelectual que teria grandes repercussões no longo prazo.

A pioneira delas veio de fora da América. Em 1944, o economista austríaco Friedrich August Hayek publicou na Grã-Bretanha *O Caminho da Servidão*. Dedicado “aos socialistas de todos os partidos”, o livro já começava com uma epígrafe de David Hume: “É raro que uma liberdade de qualquer tipo seja perdida de uma só vez”. Tratava-se de um libelo contra o modelo do Estado interventor que florescera nos anos 30; para Hayek, a subordinação da economia ao planejamento estatal centralizado levaria ao totalitarismo. Pelo controle do “meio para todos os fins”, que é a economia, aqueles que a controlassem acabariam por “determinar que fins serão servidos, que valores serão considerados mais altos e mais baixos — em suma, aquilo em que os homens devem crer e pelo que devem lutar”. Contra isso, a solução não era o *laissez-faire* total (como, erroneamente, muitos lhe atribuem), mas a delimitação de limites claros à ação do governo, além de uma atuação enérgica desta em prol da “preservação da competição, da iniciativa privada e da propriedade privada” (NASH, 1979:6).

Numa época que testemunhava a opressão e a destruição causadas por regimes como o nazismo e o comunismo, o alerta de Hayek teve repercussão inclusive em debates eleitorais. Entretanto, foi nos Estados Unidos que obteve seu maior sucesso: a primeira edição americana, lançada em setembro do 1944, precisou de uma segunda

tiragem 150% maior em apenas uma semana. Mais do que um sucesso comercial, contudo, *O Caminho da Servidão* se tornou tema frequente de resenhas e debates, inclusive ganhando a primeira página da prestigiada *New York Times Book Review* e ainda uma versão condensada na popular revista *Reader's Digest* (NASH, 1979:7-8). Graças ao livro, Hayek, que se tornaria professor na Universidade de Chicago em 1950, consagrou-se como um dos grandes mentores intelectuais da corrente dos liberais clássicos, depois rebatizada, nos EUA, de “libertarianismo”.³

Poucos anos depois do lançamento do livro de Hayek, outro tipo de contestação ao *establishment* liberal americano emergiu. Em vez de focar nas supostas consequências do Estado interventor — guerra, perda de liberdade, tirania —, tratava-se agora de fazer uma crítica abrangente não apenas a essa configuração política determinada, mas à própria cultura que a tornou possível em primeiro lugar, aos seus princípios originários. Essa abordagem, usualmente chamada de *tradicionalismo* na historiografia do pensamento conservador dos Estados Unidos, tem entre seus mais conhecidos pioneiros dois acadêmicos, Richard Weaver e Peter Viereck.

Weaver, professor da Universidade de Chicago (base profissional de vários autores antiliberais), foi na contramão do progressismo iluminista ao denunciar a decadência cultural do Ocidente na modernidade. Nisso ele tinha algo em comum com autores como o ensaísta alemão Oswald Spengler, que vira na Primeira Guerra um prenúncio do fim da civilização ocidental. Weaver, no entanto, tem como ponto de partida não uma catástrofe militar, mas uma disputa filosófica medieval: a seu ver, as raízes do declínio do Ocidente estavam na controvérsia entre nominalistas e antinomialistas na Europa do século XIV. Para Weaver, a vitória nominalista significou, em última análise, a derrota da crença em valores transcendentais e da concepção de que “há uma fonte de verdade mais elevada que o homem e independente dele”. Esse evento estava longe de ser uma disputa meramente acadêmica, pois teria aberto as portas para o relativismo e, por extensão, a negação da verdade. O Ocidente recaía assim na proposição sofisticada de que “o homem é a medida de todas as coisas”, trocando a concepção cristã do pecado original pela da bondade inerente do homem e da

³ Alguns libertários americanos também se denominavam “individualistas”, por sua ênfase na importância da liberdade do indivíduo como condição indispensável para uma sociedade sadia.

natureza. Daí para frente, a religião declinou e o racionalismo e o materialismo avançaram, tornando-se os elementos dominantes do pensamento moderno. Essa longa cadeia de eventos — que teria correspondência no pensamento de outros autores, como Eric Voegelin — foi sintetizada no próprio título do primeiro livro de Weaver, lançado em 1948: *Ideas Have Consequences* (NASH, 1979:39-40).

Ainda mais importante foi o livro *Conservatism Revisited*, do historiador e poeta Peter Viereck, lançado em 1949. Lembrado como a obra que inaugura o “novo conservadorismo” — foi o primeiro livro com “conservadorismo” no título nos Estados Unidos do pós-guerra — a obra também deu nome ao movimento que se esboçava. Viereck era filho de um notório ativista germanófilo (ao lado do pai, conhecera o Kaiser Guilherme II em seu exílio na Holanda), e, em abril de 1940, ganhara alguma projeção com um artigo para a revista *The Atlantic* intitulado “But... I’m a conservative!” (NASH, 1979:65).⁴ Nele, aos 23 anos, Viereck já enunciava alguns temas caros aos tradicionalistas:

A revolta tem agora a sua hierarquia de santos, incluindo apóstolos do Progresso tão divergentes quanto os editores da Nation e da New Masses. Ela tem seus encantos elaborados, formalizados, seus bordões sagrados. Por trás de muito disso está a convenção complacente de que nossa única alternativa ao terror fascista é o marxismo. O marxismo significa muitas coisas. Eu me revolto contra a sua “revolta” principalmente por causa do seu ataque materialista aos nossos valores não-econômicos do espírito. Apenas os valores econômicos tornam a vida possível, mas apenas os valores morais, estéticos e intelectuais a fazem digna de ser vivida (VIERECK, 1940).

Esse artigo ecoaria no livro de 1949, cujo subtítulo era justamente *The Revolt Against Revolt, 1815-1949*. Nele, Viereck retoma a questão dos valores do espírito em oposição à ideia corrente de conservadorismo como sinônimo de *laissez-faire*. Em vez disso, ele defendia um conservadorismo dotado de “uma reverência humanista pela dignidade da alma individual”, em oposição ao “coletivismo” do fascismo e do stalinismo; capaz de promover a “autoexpressão através do autocontrole” e da “proporção e da medida”; e, naturalmente, fundado no senso de uma continuidade histórica. A base desse conservadorismo seria a religião cristã e os “quatro ancestrais do

⁴ Cf. também a introdução escrita por Claes Ryn, “Conservative Revival and Controversy”, para a edição mais recente de *Conservatism Revisited* (VIERECK, 2009).

homem ocidental”, a saber: os “severos mandamentos morais e a justiça social do Judaísmo; o amor pela beleza e pela especulação intelectual sem barreiras da livre mentalidade helênica; o universalismo do Império Romano e sua exaltação da lei; e o aristotelismo, tomismo e o antinomialismo” medievais. Tudo isso temperado pela noção judaico-cristã do pecado original, ou seja, uma aguda consciência da imperfeição humana que se opunha à visão de perfectibilidade dos liberais e radicais a alimentar utopias as quais, em nome de um hipotético paraíso terrestre, não raro degeneravam no totalitarismo (NASH, 1979:66).

Tais noções não eram exclusivas de Viereck, e davam o tom das reflexões de vários pensadores da época, geralmente acadêmicos que, ainda sem qualquer noção de organização ou sem grandes pretensões de influência fora dos muros universitários, questionavam o mundo moderno desde sua raiz. A valorização de uma base metafísica e/ou religiosa com uma ordem normativa transcendente, a busca de referências nas matrizes culturais do Ocidente (sobretudo o cristianismo e a cultura clássica), a noção do pecado original e a rejeição do utopismo político moderno eram alguns dos seus pontos comuns. Porém, a partir de *Conservatism Revisited*, o termo “conservador” (ou “novo conservador”) passou a nomear essa corrente que apenas começava a tomar consciência de si própria (NASH, 1979:68-69). No entanto, o ponto de partida de uma identidade conservadora efetiva, de princípios mais definidos capazes de dar um mínimo de coesão a essa linha de pensamento, viria de um outro autor, também acadêmico — um excêntrico jovem professor de Michigan chamado Russell Kirk.

2 – Russell Kirk e *The Conservative Mind*

Por valorizarem a continuidade histórica e o papel da religião na formação moral da sociedade, os autores tradicionalistas americanos costumam beber largamente em fontes e exemplos europeus. Não era de surpreender, portanto, que a obra que iria popularizar os “cânones” do pensamento conservador viesse do primeiro e único americano a se tornar Doutor em Letras na secular universidade escocesa de Saint Andrews, fundada em 1413 (McDONALD, 2004:21).

Russell Amos Kirk nasceu em 1918 na pequena Plymouth, Michigan, nos arredores de Detroit. Filho de um engenheiro ferroviário, Kirk “logo cedo veio a partilhar os preconceitos de seu pai contra a ‘civilização da linha de montagem’ que já penetrava Michigan sob a égide de Henry Ford” (NASH, 1979:69-70). Graduado como *Bachelor of Arts* pela Universidade Estadual de Michigan, onde viria a se tornar professor por alguns anos, passou grande parte do seu período universitário imerso em leituras feitas por conta própria: “velhos livros de viagem, esquinas esquecidas das belas-letas, história africana, os ensaios de Samuel Johnson”, entre muitas outras. Foi nesse período que conheceu *The Attack on Leviathan*, do filósofo, poeta e professor da Universidade Vanderbilt, Donald Davidson (McDONALD, 2004:17). A obra o impressionou vivamente com sua denúncia contra a “Grande Sociedade, organizada sob um único, complexo, mas forte e altamente centralizado governo nacional, motivado em última instância pelo desejo dos homens pelo bem-estar econômico de um tipo específico em vez de por seu desejo de liberdade pessoal”. A obra deu coerência às desconfianças que o próprio Kirk sentia em relação às “noções políticas populares nos anos 1930”, justamente aquelas que davam base ao liberalismo americano pós-Roosevelt (KIRK, 1993:99). Além disso, o livro de Davidson serviu como um primeiro contato com a cultura do sul dos Estados Unidos, que, mais tarde, o inspiraria a fazer sua dissertação de mestrado sobre o político sulista do século XIX, John Randolph.⁵

Mas foi no doutorado que Kirk deu o grande salto temático e intelectual que o projetaria para a fama. Alguns anos após a graduação, já trabalhando como instrutor em História da Civilização na sua *alma mater*, Kirk decidiu pesquisar a história dos grandes expoentes do conservadorismo anglo-americano. Para isso, licenciou-se da Universidade Estadual de Michigan e viajou para a de Saint Andrews, na Escócia, onde desenvolveu sua pesquisa. Ali, caminhando pelo país e dando plena vazão às suas paixões de antiquário, Kirk encontrou “o princípio metafísico da continuidade [tornado uma] realidade visível”, consagrado nos escritos do político setecentista Edmund Burke: “o passado sempre se misturando ao presente, de modo que o tecido continuamente se renova, como um grande carvalho, nunca sendo completamente velho nem completamente novo” (KIRK, 1963:27).

⁵ A dissertação de Kirk é publicada até hoje, sob o título *John Randolph of Roanoke: A Study in American Politics*.

O livro se tornaria uma tese de doutorado, que Kirk logo procurou publicar. O manuscrito foi oferecido à prestigiada editora Alfred A. Knopf, de Nova York. No entanto, a Knopf só aceitaria publicá-lo com a condição de reduzir o texto à metade, o que Kirk recusou. Então um amigo em comum pôs em contato com o editor Henry Regnery, que vinha publicando vários autores conservadores, entre os quais o jovem William F. Buckley Jr., futuro fundador da revista *National Review*. Originalmente, o título seria *The Conservatives' Rout*, mas a editora o mudou para o mais otimista *The Conservative Mind: From Burke to Santayana*⁶, lançando-o em 1953. Para grande surpresa de autor e editor, o extenso livro (cerca de 450 páginas) recebeu uma elogiosa resenha de página inteira no *New York Times*: de acordo com o resenhista Gordon K. Chalmers, o livro de Kirk, “erudito”, “muito legível” e, em certas passagens, “brilhante e muito eloquente”, tinha o mérito de mostrar o conservadorismo como algo muito mais nobre que o interesse econômico, o mero medo da inovação ou “as atividades do Senador McCarthy, [que] iludiu a muitos levando-os a pensar que *ele* era um conservador”. Além disso, o livro era digno de nota também por examinar muitos “clichês” do pensamento vigente sem “os preconceitos filosóficos da nossa geração: ‘o povo’, ‘homens de boa vontade’, ‘contrato social’, ‘direitos humanos versus direitos de propriedade’, ‘o intelectual’”: “Os valores ‘ilusórios’ conotados por estes termos são submetidos pelo Sr. Kirk a uma luz crítica desapaixionada” (CHALMERS, 1953).

O resultado de tal visibilidade é que o livro se tornou não apenas um sucesso comercial, mas também objeto de discussões acirradas na imprensa e na academia (REGNERY, 1995:v-ix). Embora escrito por um autor obscuro, *The Conservative Mind* entraria para a memória do movimento conservador americano como uma obra seminal, e Russell Kirk, como um dos mais conhecidos e prolíficos ícones intelectuais da direita americana no pós-guerra (GOTTFRIED, 2007:11-30).

Pode-se dizer que a importância do livro, uma volumosa tese acadêmica escrita em linguagem florida e não raro poética, reside em dois fatores: um histórico e outro de definição. O histórico é pela própria maneira como o livro é estruturado: *The Conservative Mind* tem o formato de uma história das ideias, partindo das críticas do

⁶ Em edições posteriores, revisadas, Kirk mudaria o subtítulo para *From Burke to Eliot*, em homenagem ao poeta britânico T. S. Eliot.

parlamentar inglês Edmund Burke à Revolução Francesa, em 1790, até o início da década de 1950. Em uma sucessão de perfis de “grandes homens” e escolas de pensamento, Kirk oferece ao leitor uma linhagem intelectual conservadora enraizada no mundo anglo-saxão, incluindo desde nomes célebres como Benjamin Disraeli e John Quincy Adams, até outros menos conhecidos, como dois grandes influenciadores de Kirk, os filósofos políticos Irving Babbitt e Paul Elmer More. O francês Alexis de Tocqueville, “descoberto” há pouco tempo pela academia americana, também consta do panteão apresentado no livro com o rótulo de ser um ‘liberal conservador’. Chama a atenção o fato de que metade dos pensadores analisados é de origem americana, refutando, assim, a ideia de Lionel Trilling de que os Estados Unidos só possuíam o liberalismo como tradição intelectual. Segundo Kirk, embora o moderno conservadorismo derivasse do anglo-irlandês Burke, em reação ao radicalismo da Revolução Francesa, as suas ideias de respeito à tradição e prudência como virtude política por excelência haviam lançado raiz também na América (NASH, 1979:72-76). Embora não fosse a primeira genealogia intelectual desse tipo — o próprio Richard Weaver já esboçara algo assim em artigos sobre as tradições sulistas, para citar apenas um exemplo —, Kirk teve sucesso em popularizar a ideia. No entanto, sua contribuição para a formulação de uma identidade conservadora foi além de uma galeria de ancestrais respeitáveis e, portanto, de distingui-la dos meros apologistas do *laissez-faire* e críticos do New Deal. Isso nos leva à questão da definição de Kirk de o que caracterizaria um “verdadeiro” conservador moderno.

Na introdução do livro (que é também sua parte mais famosa), Kirk procura dar sua definição de conservadorismo, baseada numa versão mais extensa de doze itens proposta por F. J. C. Hearnshaw na obra *Conservatism in England*. A versão kirkiana, porém, tem apenas seis “cânones” que constituiriam o grande traço de união dos autores “na linha de Burke” estudados no livro (grifos nossos):

1 – Crença numa ordem transcendente, ou corpo de lei natural, que governa a sociedade bem como a consciência. Os problemas políticos, no fundo, são problemas morais e religiosos (...) A verdadeira política é a arte de apreender e aplicar a Justiça que deve prevalecer em uma comunidade de almas.

2 – Afeição pela variedade e mistério da existência humana, em oposição à uniformidade estreita, ao igualitarismo e metas utilitárias dos sistemas mais radicais (...).

3 – *Convicção de que a sociedade civilizada exige ordens e classes, contra a noção de uma “sociedade sem classes”. Com razão, os conservadores são frequentemente chamados de “o partido da ordem”. Se as distinções naturais entre os homens são apagadas, os oligarcas preenchem o vácuo. A igualdade definitiva no julgamento de Deus, e a igualdade perante as cortes de justiça, são reconhecidas pelos conservadores; mas a igualdade de condição, eles pensam, significa igualdade na servidão e no tédio.*

4 – *A persuasão de que liberdade e propriedade estão intimamente ligadas: separe-se a propriedade da posse privada, e o Leviatã se torna mestre de todos. Nivelamento econômico (...) não é progresso econômico.*

5 – *Fé na prescrição e desconfiança dos “sofistas, calculadores e economistas” que desejam reconstruir a sociedade com base em projetos abstratos. O costume, a convenção e a velha prescrição são freios ao impulso anárquico do homem e à cobiça do inovador pelo poder.*

6 – *Reconhecimento de que a mudança pode não ser uma reforma salutar: a inovação apressada pode ser uma conflagração devoradora em vez de uma tocha de progresso. A sociedade deve se alterar, pois a mudança prudente é o meio da preservação social; mas um estadista deve considerar a Providência em seus cálculos, e a maior virtude de um estadista, segundo Platão e Burke, é a prudência. (KIRK, 2001:8-9.)*

Em contraposição, Kirk também caracteriza o que chama de “radicalismo” — uma postura intelectual que remonta, tal como seu antípoda, à época da Revolução Francesa e nega a existência de uma ética transcendente. Entre esses radicais se incluíam vários dos pensadores mais influentes dos últimos dois séculos, como Jean-Jacques Rousseau, Karl Marx, Jeremy Bentham e John Stuart Mill. Por trás das doutrinas de todos eles, estariam os seguintes traços principais:

- (1) *A perfectibilidade do homem e o progresso ilimitado da sociedade: melhorismo.⁷ Os radicais acreditam que a educação, a legislação positiva e a alteração do ambiente podem produzir homens semelhantes a deuses; eles negam que a humanidade tenha uma tendência natural para a violência e o pecado.*
- (2) *Desprezo pela tradição. A razão, o impulso e o materialismo determinista são enfaticamente preferidos como guias para o bem-estar social, mais confiáveis que a sabedoria dos nossos ancestrais. A religião formal é rejeitada e várias ideologias são apresentadas como substitutos.*
- (3) *Nivelamento político. A ordem e o privilégio são condenados; a democracia total, tão direta quanto for praticável, é o ideal professado pelo radical. Aliado a este espírito, em geral, está o desgosto pelos velhos arranjos parlamentares e uma ânsia pela centralização e a consolidação.*

⁷ No original, *meliorism*. Cf. Dictionary.com. *Dictionary.com Unabridged*. Random House, Inc. <http://dictionary.reference.com/browse/meliorism>. Acesso em: 3 de abril de 2011.

(4) Nivelamento econômico. Os antigos direitos de propriedade, especialmente a propriedade da terra, são suspeitos para quase todos os radicais; e os reformadores coletivistas destroem inteiramente a instituição da propriedade privada.

Como um quinto ponto (...), os radicais unem-se ao detestar a descrição de Burke do Estado como algo ordenado por Deus, e o seu conceito de sociedade como mantida perpetuamente por um laço moral ente os mortos, os vivos e aqueles ainda por nascer — a comunidade das almas (KIRK, 2001:10)

Essa dupla caracterização proposta por Kirk é mais notável se a pusermos lado a lado com algumas das características atribuídas ao moderno liberalismo americano no que diz respeito à sua postura sobre questões caras aos conservadores. Isso porque o liberalismo tinha como ponto de partida uma grande confiança na capacidade humana de progresso, fundada em meios racionais e científicos. Ele também apresentava uma visão de mundo secularizada, que renunciava a qualquer fundamentação metafísica para a ordem social. Secular, dispensava o apelo à sanção divina para seus projetos e realizações; racional, podia contar com um nível de previsibilidade da sociedade humana, abrindo o caminho para intervenções oficiais e planos ambiciosos de engenharia social sob a égide da ciência (bem como para o crescimento da burocracia destinada a implementá-los); progressista, podia descartar velhas tradições, crenças e preceitos em prol de “avanços”, de inovações maravilhosas nunca sonhadas pelas gerações passadas. Enfim, um corpo de idéias que, paradoxalmente, tinha vários pontos em comum com o que, à época, era percebido como a maior ameaça imediata aos Estados Unidos e aos próprios liberais: o comunismo (HAMBY, 1992:4).

O pensamento radical, fosse na versão “forte” da esquerda marxista ou na versão “suave” dos liberais, seria o principal alvo da crítica conservadora que então surgia. No pensamento de Kirk, em particular, tais princípios constituirão o que ele chama genericamente de “ideologia”: uma visão de mundo enganosa, alheia à ordem moral transcendente do conservador, baseada nas falsas premissas dos “sofistas, calculadores e economistas” que pretendem substituir a experiência histórica e espiritual concreta das sociedades por abstrações utópicas. Especialmente perigosa seria a rejeição dos radicais às tradições políticas e religiosas que cada sociedade desenvolve ao longo de sua história, e que constituem o tesouro e o farol do conservador: “Conservai o que viram

vossos pais”, um velho adágio francês, é, para Kirk, o lema a seguir. Toda e qualquer reforma deveria ter em conta um respeito reverencial pelo passado e ser *lenta e prudente* — em nada semelhante às propostas radicais que vinham sacudindo o mundo nos últimos dois séculos e ainda atraíam milhões de adeptos em meados do século XX.

Não obstante essa rejeição explícita ao que considera uma das patologias da época moderna, o que tinha em comum com outras correntes, *The Conservative Mind* não estabelece um programa. Em seu passeio pelo pensamento de estadistas, literatos e filósofos, Kirk não dá sugestões claras de políticas públicas, não comenta programas partidários, não tece reivindicações específicas a políticos e autoridades. Tampouco há no seu conservadorismo, como bem notou o resenhista do *New York Times*, nada que lembre o estilo de Joseph McCarthy. Em vez disso, o que se encontra em *The Conservative Mind* são afirmações como a de que são os “homens de imaginação, e não os líderes de partido, [que] determinam o curso último das coisas, como bem sabia Napoleão”. Embora não despreze a política ou a economia, a *cultura* é um fator essencial na visão kirkiana de sociedade. Ao contrário dos radicais, que teriam uma visão “mecânica” do homem (base de tentativas trágicas de engenharia social no século XX), o conservador preocupa-se sobretudo com *valores*, nascidos da experiência histórica de sua comunidade específica em um mundo regido, em última instância, pela Providência. A fim de bem conhecer e difundir tais valores, a arte é um recurso dos mais importantes — Kirk valorizava especialmente os poetas por sua compreensão intuitiva da ordem transcendente, e não foi por acaso que T. S. Eliot seria incluído em versões posteriores da obra (McDONALD, 2004:80). Esse papel da cultura, e dos artistas em particular, na formação do imaginário e do caráter de uma sociedade seria tema recorrente na obra de Kirk até o fim da vida, e por isso ele é às vezes descrito como um conservador “literato”, cuja pensamento político e social tem um importante componente “estético” (McDONALD, 2004:56).

Ao levantar tais questões, apontando as lacunas do liberalismo e da própria modernidade, ao mesmo tempo que derivando suas críticas do pensamento de diversas figuras históricas — umas relativamente obscuras, outras de grande renome —, Kirk deu ao “novo conservadorismo” não apenas uma história própria, como também um tom e interesses específicos. Mas esteve longe de obter uma aprovação unânime, mesmo

entre os opositores do liberalismo. Foi justamente entre estes últimos é que Kirk encontrou alguns dos seus críticos mais contundentes, o que mostra como a sua versão de conservadorismo era, a um só tempo, inovadora e controversa. Afinal, como se depreende dos cânones apresentados, trata-se de uma concepção peculiar, que não contemplava todos os setores que mais tarde agrupariam sob a bandeira do movimento conservador. Um bom exemplo seria o das controvérsias entre tradicionalistas e libertários, já visível pouco tempo depois do bem-sucedido lançamento de *The Conservative Mind*, e que contrapôs Kirk e seu então futuro colega na *National Review*, o ex-comunista convertido ao liberalismo clássico, Frank Straus Meyer.

No artigo *Collectivism Rebaptized*, de julho de 1955, Meyer afirma que o “novo conservadorismo”, apesar de alguns méritos na crítica à ordem liberal, é fundamentalmente compatível com a tendência coletivista da época. O fato de ele ser tido como um “fundamento teórico válido” nos círculos antiliberais seria na verdade fruto de um mal-entendido, uma vez que, como “liberal” passara a designar o proponente de um Estado forte e uma economia controlada, todos os seus opositores seriam “conservadores”. Mas isso não passava de um engano: na realidade, o conservadorismo burkeano defendido por Kirk não tinha nenhuma “defesa intrínseca contra a aceitação (...) de instituições que a razão e a prudência de outra forma rejeitariam”, bastando que tais instituições já estejam suficientemente consolidadas (MEYER, 1996:5). Em outras palavras, é um conservadorismo que não distingue bem entre o que é bom e o que é ruim no *status quo*. Afinal, o que se deseja conservar? E, continua ele, embora a “sabedoria acumulada da civilização ocidental (...) nas formas alcançadas pelos séculos XVIII e XIX ingleses e com o conteúdo espiritual do Alto Cristianismo Anglicano” — a grande fonte do pensamento de Kirk — tenha sido o ponto de partida de muita gente para a crença no valor do indivíduo, não é o bastante (MEYER, 1996:7). Essa crença na dignidade individual pode ser interpretada de formas autoritárias, e por isso é necessário um “segundo conjunto de princípios” que esclareça a importância da liberdade individual. Isso era ainda mais urgente numa época cuja grande característica era a perda de espaço do indivíduo frente a um Estado cada vez mais poderoso, quando o interesse da massa se sobrepunha às escolhas individuais. Para Meyer, Kirk falhava nesse ponto, assim como falhava por não fornecer ideias das quais se pudesse extrair um programa claro e viável no contexto da civilização moderna. E,

finalmente, Meyer, o judeu ateu, acusa Kirk de arrogância por ter afirmado que era impossível ser cristão e individualista (leia-se: “libertário”) ao mesmo tempo, e por ter associado o seu próprio modelo social aos desígnios da Providência. Por essas razões, Meyer conclui, o novo conservadorismo, “despido de suas pretensões, não passa de um disfarce para o espírito coletivista da era” (MEYER, 1996:13).

Portanto, pode-se dizer que o “novo conservadorismo”, ao procurar dar uma maior substância filosófica e respeitabilidade intelectual à posição conservadora, não conseguiu convencer a todos os que ficariam associados ao chamado movimento conservador. Este, como explicam Nash (1979) e também Dunn e Woodard (1996), era desde o princípio uma coalizão de correntes distintas que se multiplicariam com o tempo, unindo também anticomunistas e, mais tarde, os neoconservadores e a direita religiosa. Embora esses grupos fossem capazes de cooperar, como no caso de *National Review*, nem por isso as tensões entre eles deixavam de existir e se manifestar na arena pública. Debates e controvérsias continuaram existindo e envolveram outras figuras importantes do movimento, como o próprio Friedrich Hayek — autor, em 1959, um famoso e sugestivo artigo intitulado “Por que eu não sou um conservador” (HAYEK, 1983) — e também Richard Weaver, para citar apenas dois. Apesar da tentativa de uma definição geral empreendida por Kirk, o termo “conservador” manteve-se vago por muito tempo, a ponto de a análise clássica da evolução do movimento, *The Conservative Intellectual Movement in America since 1945*, de George Nash, tomar como critério de classificação a autoidentificação dos membros dessas correntes. De lá para cá, o número de subcategorias aumentaria ainda mais, com o advento dos “paleoconservadores” nos anos 80, um grupo híbrido, com elementos tradicionalistas, que se envolveria em disputas com os neoconservadores nos anos do governo Reagan.

Quanto a Kirk, sua visão tradicionalista manteve-se inalterada. Embora tenha expandido sua caracterização do conservador em obras posteriores, fê-lo simplesmente desdobrando alguns dos cânones originais e desenvolvendo determinados pontos já presentes em *The Conservative Mind*. Os seis cânones foram mantidos em todas as edições do livro, até hoje celebrado como uma das mais importantes obras do pensamento conservador dos EUA no pós-guerra (NASH, 2007). Sua contribuição foi além do campo teórico, não apenas pelo sucesso do livro com o grande público, mas por

toda uma vida de dedicação à causa do conservadorismo, não apenas como concepção intelectual, mas também como *movimento* político e social. Acabou se tornando um dos mais produtivos escritores da direita americana, fosse escrevendo para revistas de grande visibilidade, como a já citada *National Review*, mas também publicando centenas e centenas de artigos por uma profusão enorme de outros veículos de comunicação. Traduziu seus princípios também em obras de ficção, dando vazão à “alma gótica” que reconhecia ter em histórias sobrenaturais e de ficção científica — gêneros aparentemente incomuns para um tradicionalista amante de Walter Scott e da poesia clássica anglo-americana. Também se tornou figura conhecida no circuito de palestras dos *think tanks* conservadores, geralmente comentando sobre questões ligadas àquele que tinha sido o campo por excelência de suas preocupações, a cultura. Afinal, para ele e seus companheiros tradicionalistas, a imaginação e os valores morais, e mesmo a ética e a fé religiosa, não eram questões de somenos importância, mas a própria essência de qualquer sociedade que pretendesse sobreviver aos muitos desafios da modernidade.

Bibliografia

CHALMERS, Gordon Keith. Goodwill is not enough. *The New York Times*, 17 de maio de 1953. Disponível em:

<http://query.nytimes.com/mem/archive/pdf?res=F60614FD3F5B157A93C5A8178ED85F478585F9>. Acesso em: 4 de abril de 2011.

DUNN, Charles W.; WOODARD, J. David. *The Conservative Tradition in America*. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 1996.

HAMBY, Alonzo L. *Liberalism and Its Challengers: From F.D.R. to Bush*. 2nd. ed. New York, Oxford: Oxford University Press, 1992.

HAYEK, F. A. “Por que não sou um conservador?”. In: _____. *Os fundamentos da liberdade*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília; São Paulo: Visão, 1983.

KIRK, Russell. *Confessions of a Bohemian Tory*. New York: Fleeting Publishing Corporation, 1963.

_____. *The Politics of Prudence*. ISI Books, 1993.

_____. *The Conservative Mind: From Burke to Eliot*. 7. ed.rev. Regnery, 2001.

McDONALD, W. Wesley. *Russell Kirk and the Age of Ideology*. University of Missouri Press, 2004.

MEYER, Frank S. *In Defense of Freedom and Related Essays*. Indianapolis: The Liberty Fund, 1996.

NASH, George. *The Conservative Intellectual Movement in America since 1945*. 2.ed. Basic Books, 1979.

_____. *The Life and Legacy of Russell Kirk*. Heritage Lectures no. 1035, 10 July 2007. Disponível em: <http://www.heritage.org/Research/Lecture/The-Life-and-Legacy-of-Russell-Kirk>. Acesso em: 12 de março de 2011.

NORDSIECK, Wolfram. *Parties and Elections in Europe – France*. Disponível em: <http://www.parties-and-elections.de/france2.html>. Acesso em: 18 de março de 2011.

PIETRUSZA, David. “New Deal Nemesis: The Liberty League was star-studded, wealthy, professional, and a flop.” Disponível em: <http://www.davidpietrusza.com/Liberty-League.html>. Acesso em: 21 de abril de 2011.

REGNERY, Henry. “The Making of *The Conservative Mind*”. 1995. In: KIRK, Russell. *The Conservative Mind: From Burke to Eliot*. 7.ed. Regnery, 2007.

STARR, Paul. *Freedom’s Power: the History and Promise of Liberalism*. Basic Books, 2008.

TRILLING, Lionel. *Literatura e Sociedade: ensaios sobre a significação da arte e da ideia literária*. Rio de Janeiro: Lidador, 1965.

VIERECK, Peter. “But... I’m a conservative!”. *The Atlantic Monthly*, 1940. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1969/12/but-i-apos-m-a-conservative/4434>. Acesso em 18 de março de 2011.

_____. *Conservatism Revisited: The Revolt against Ideology*. Transaction Publishers, 2009. Disponível parcialmente em: <http://books.google.com.br>. Acesso em 18 de março de 2011.